



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

**A construção das redes sociais nas populações reassentadas no distrito Municipal da
KaTembe: Caso da comunidade de Chamissava**

Monografia a ser apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Helena Domingos Matsombe

Supervisor:

Doutor Baltazar Muianga

Maputo, Outubro de 2021

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

**A construção das redes sociais nas populações reassentadas no distrito Municipal da
KaTembe: Caso da comunidade de Chamissava**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Helena Domingos Matsombe

Supervisor:

Doutor Baltazar Muianga

O Júri

O supervisor

O(A) presidente

O(A) oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2021

Declaração de Honra

Declaro ser a autora desta Monografia, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

(Helena Domingos Matsombe)

Dedicatória

Dedico este trabalho, ao meu amor Anselmo Micas Nhazilo e minha avó Helena Cuambe em memória, vocês estão e para sempre estarão no meu coração;

À semente mais linda do Mundo, Livia Ashley, minha fonte de inspiração e suporte ao longo desta jornada.

Agradecimentos

A concretização de um sonho não tem limites quando se quer acalantar um coração. Foram anos sobrevivendo a momentos de angústia, de esforço extremo, de dias solitários e de medo do que aconteceria após a finalização do curso de Sociologia. Eis aqui, a entrega do tão vivido e esperado Trabalho de Conclusão de Curso que muito tem a dizer sobre mim. Aos meus pais Domingos Matsombe e Anacleta Canda, pelo ensinamento e amor incondicional e sempre estiveram ao meu lado e não deixaram desistir nunca dos meus sonhos. A educação e valores que me passaram levarei por toda a minha vida. Amo muito vocês! Ao meu supervisor Dr. Baltazar Muianga pela imensurável contribuição intelectual, objectividade, direccionamento, correcções e compreensão ao longo do processo dissertativo e que sempre esteve ao meu lado incentivando-me, muito obrigado. Às pessoas mais importantes da minha vida: minha filha Livia Ashley e Tomás Cossa; enfim, a todos os familiares que dedicaram a sua atenção, carinho, amor, paz, compreensão, esforços e alegrias endereço a minha verdadeira gratidão. Amo vocês. Aos meus irmãos: Nilza, Amélia, Mário, Domingos Jr e Anacleta Matsombe que estiveram presentes nos momentos em que precisei e que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, obrigada. Aos docentes do Departamento de Sociologia com quem tive a oportunidade de conviver seja nas aulas ou em seminários, os meus sinceros agradecimentos. Aos meus colegas de curso, os meus companheiros de todos os momentos, em particular a Sofia Ismalgy e Rostina José pelo apoio, vai a minha gratidão especial. Para terminar, confesso não ter palavras suficientes para agradecer a **DEUS Todo Poderoso**, senão continuar a rezar para que este ilumine sempre o longo caminho que ainda tenho a percorrer. Ámen!

Resumo

Este estudo retrata a realidade das populações reassentadas no bairro Chamissava no âmbito da construção da Estrada Circular de Maputo. A sua realização teve como objectivo compreender o capital social enquanto uma estratégia activada pelos reassentados da comunidade de Chamissava para assegurar as redes sociais criadas nos lugares de origem, pelo que incidimos especialmente sobre aqueles que permanecem onde foram recolocados. Adoptou-se a perspectiva qualitativa como abordagem do estudo, a entrevista semi-estruturada para a recolha dos dados. Estes foram interpretados com base na triangulação teórica a de sociabilidade de Simmel (2002), e a do Capital social de Fukuyama (2000), valorizando as experiências dos entrevistados, bem como a interpretação que possuem sobre essas mesmas experiências. Os dados revelam que, o capital social no seio da comunidade não se distribui de forma equilibrada, existindo reassentados que partilham e outros que adoptam uma vida mais individualizada, bem como em mostrar que, existe uma “teia” complexa de relações entre os reassentados na comunidade de Chamissava, o que propicia, por um lado, a formação de redes sociais e, por outro lado, a constituição das redes sociais como mecanismos de integração social. Conclui-se que, as relações e redes que se estabelecem entre os reassentados são estruturadas pelo sentimento de pertença, cooperação e coexistência naquele espaço.

Palavras-chave: reassentamento, relações e redes sociais, integração social, sentimento de pertença.

Abstract

With this work, we seek to understand social capital as a strategy activated by the resettled from the Chamissava community to ensure the social networks created in their places of origin, so we focus especially on those who remain where they were relocated. For this purpose, we made a triangulation between Simmel's (2002) sociability theory and Fukuyama's (2000) Social Capital theory. We adopt a qualitative approach based on which we privilege the interpretations of the interviewees with a view to demonstrating that the multiple and complex connections, ties and relationships among the resettled are a determinant part of the process of formation of social networks. The data reveal that social capital within the community is not evenly distributed, with resettlers who share and others who adopt a more individualized life. As a result, the work shows that there is a complex "web" of relationships between the resettled in the community of Chamissava, which provides, on the one hand, the formation of social networks and, on the other hand, the constitution of social networks as mechanisms for social integration. As for the conclusion, the monograph shows that the relationships and networks that are established among the resettled are structured by the feeling of belonging, cooperation and coexistence in that space.

Keywords: resettlement, relationships and social networks, social integration, sense of belonging.

Epigrafe



Se falares a um homem numa linguagem que ele compreenda, a tua mensagem entra na sua cabeça. Se lhe falares na sua própria linguagem, a tua mensagem entra-lhe directamente no coração.

Nelson Mandela

Estadista
n. 1918
África do Sul
www.citador.pt



Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Epigrafe.....	vi
Introdução.....	1
Capítulo 1. Revisão da literatura.....	6
1.1. Problema de Pesquisa.....	10
Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual.....	12
2.2. Definição e operacionalização dos conceitos.....	14
2.2.1. Integração social.....	14
2.2.2. Redes sociais.....	16
2.2. 3. Reassentamento.....	17
2.2. 4. Capital social.....	18
Capítulo 3. Metodologia.....	20
3.1. Abordagem do estudo.....	20

3.2. Método de abordagem.....	20
3.3. Método de procedimento.....	21
3.4. Universo e amostra de pesquisa.....	21
3.5. Técnica de Recolha de dados.....	22
3.6. Procedimentos de recolha de dados.....	23
3.7. Técnicas de análise dos dados.....	24
3.8. Constrangimentos do estudo.....	24
3.9. Questões éticas do estudo.....	25
3.10. Descrição geográfica do local de estudo.....	26
Capítulo 4. Análise e interpretação dos dados.....	28
4.1. Perfil sócio-demográfico dos entrevistados.....	28
4.2. Valores e normas partilhados pelas populações reassentadas no bairro de Chamissava.....	29
4.2.1. Relação e criação grupos de interajuda entre os nativos e os reassentados.....	30
4.3. Contributo das redes sociais para integração dos reassentados nas zonas de reassentamento.....	36
4.3.1. Redes sociais resultantes das trocas materiais.....	36
4.3.2. Redes sociais resultantes das trocas simbólicas.....	37
4.4. Estratégias adoptadas pelos reassentados na sua integração social nas zonas de reassentamento.....	39
4.4.1. Formação das redes sociais.....	39
4.4.2. Papel das redes na integração social da população reassentada.....	40
5. Considerações Finais.....	43
6. Referências Bibliográficas.....	45
7. ANEXOS.....	47

Introdução

A humanidade viveu desde os seus primórdios diferentes movimentos de reassentamento de famílias e comunidades, que se deslocavam de lugar para lugar, onde se fixavam temporária ou permanentemente (Cigano, 2000). Em Moçambique, o fenómeno também não é novo. Piassone (2013), localiza no período colonial alguns processos de reassentamento mais significativos das famílias e comunidades, especificamente no momento da designada da “operação produção”.

Para Silva (1994), apresenta uma visão sintética do reassentamento em Moçambique ao longo do tempo, salientando que as populações moçambicanas sempre estiveram sujeitas ao deslocamento compulsivo de suas áreas de origem para outros espaços como resultado de diversos factos, tais como guerras, secas, cheias e políticas nacionais. Acrescentamos ainda, factores concorrentes para o reassentamento e do desenvolvimento do país do ponto de vista da edificação de infra-estruturas.

É sobre o reassentamento resultante da construção de infra-estruturas que debruçou-se ao longo do trabalho. A estrada circular de Maputo é um empreendimento que teve início no ano de 2012 e tinha como objectivo construir seis estradas com a finalidade de melhorar e facilitar o trânsito na capital de Moçambique. O projecto foi dividido em seis secções, sendo que a primeira vai do Hotel Radisson até o Costa do Sol; a segunda do Costa do Sol até Marracuene; a terceira de Chiango até Zimpeto; a quarta de Zimpeto até Marracuene; a quinta de Zimpeto até Tchumene; a sexta do nó de Machava até à Praça 16 de Junho.

Para que o projecto circular de Maputo tivesse lugar foi preciso que as populações habitantes em zonas abrangidas pela sua implementação fossem removidas de modo a permitir que as construções fossem possíveis, uma vez que nalgumas áreas encontravam-se as casas dessas populações. Uma das zonas identificadas para a recolocação das populações removidas foi a comunidade de Chamissava, onde encontramos populações originárias do bairro e populações reassentadas convivendo no mesmo espaço físico.

Os processos de reassentamento que vêm tendo lugar em Moçambique levantam uma série de discussões em torno da forma como são realizados, bem como das condições criadas para que as populações reassentadas possam gozar de um nível de vida passível de ser classificada dentro dos padrões mínimos do bem-estar. Com efeito, o estado moçambicano teve a necessidade de criar um quadro legal com a finalidade de regular o reassentamento no país de modo a obrigar

que o processo seja realizado sem lesar as populações afectadas como pode-se ver no Decreto nº 31/2012.

O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas Estabelece, dentre outros aspectos que os responsáveis pelo reassentamento das populações devem garantir nas zonas onde estas são reassentadas, a existência de condições iguais as condições de vida anteriores. No entanto, o mesmo regulamento reconhece, embora vagamente, que as experiências dos indivíduos não são somente materiais, assumindo também uma dimensão simbólica que não pode se substituível ou recompensável, proporcionando um melhoria na vida das populações com vista a promoção do seu bem-estar.(BR, 2012)

As experiências das populações no âmbito dos vários processos de reassentamento descritos por autores como Mosca e Selemene (2012), e Araújo (2002), mostram que os princípios estabelecidos por Lei nº 19/2007, de 18 de Julho no regulamento sobre o reassentamento em Moçambique não são observados, submetendo os reassentados a condições precárias e degradadas de vida. Por vezes, as modalidades adoptadas nos processos de reassentamento conduzem a conflitos entre as partes envolvidas (CIP, 2010). A base destes estudos é, tanto a descrição objectiva das zonas onde as famílias são reassentadas como os depoimentos das próprias famílias. No entanto, os parâmetros a partir dos quais as famílias avaliam a sua situação e o processo de reassentamento ao qual são sujeitas ainda continuam uma realidade por ser devidamente explorada.

Ao realizar-se o presente trabalho, teve como pretensão analisar a contribuição das redes sociais para a integração social dos reassentados na zonas de reassentamento, incidindo especificamente sobre as estratégias adoptados pelos reassentados para se integrar nas redes sociais formadas nas zonas de chegada. De um modo geral, o pressuposto básico é que as populações reassentadas não se queixam e nem reclamam sobre o processo da criação das redes sociais nas zonas de reassentamento. Pelo contrário, elas constroem e adoptam parâmetros que servem de baliza para a formulação do seu ponto de vista. Assim, compreendeu-se ser relevante aprofundar esses parâmetros.

Como *problema de pesquisa* baseou-se na leitura exploratória que realizou-se sobre a forma como as redes sociais contribuem para integração dos reassentados nas suas interacções quotidianas. Os estudos que apresentou-se na revisão da literatura nos contextos nacional e

brasileiro incidem sobre o mesmo ponto recursivamente. Manso (2009), Notice, Oliveira e Teodoro (2003), Negrão (1997), Andrew (1979), Matos e Medeiros (2012), afirmam todos que o reassentamento se tem revelado um processo que não tem ajudado no melhoramento das condições de vida das populações. Pelo contrário, tem contribuído para a degradação das condições de vida que possuíam nas antigas zonas de residência.

Embora a revisão da literatura identificada e consultada não explore a questão da redes sociais nas zonas de reassentamento, tem sido recorrente nos estudos sobre a estratégias de sobrevivência ao nível comunitário, o recurso dessa variável para compreender a promoção das condições de vida das populações locais por meio de recursos próprios (CIP, 2010). Desta forma, encontrou-se nas redes sociais uma variável relevante explorada, buscando compreender a sua relação com a integração social das populações reassentadas, pois a permanência destas nas zonas de reassentamento é indicador de que, de certo modo, conseguem sobreviver.

Existe algumas particularidades na forma como os vários autores que discutiu-se nessa revisão da literatura apresentam e discutem as suas observações, de acordo com os propósitos deste trabalho, pode-se indigitar alguns aspectos de convergência. Conferiu-se destaque ao facto de apontarem para o recurso a uma remoção compulsiva e a falta de criação de condições de vida apropriadas nas zonas de reassentamento de modo a assegurar uma vida saudável para os reassentados. Essas duas constatações serviram de base para a realização do presente trabalho, procurando-se ir mais além como forma de discutir o processo de construção e integração das redes sociais criadas nas zonas de reassentamento pelas populações reassentadas.

Não obstante ser uma tendência observada que se procura destacar a contribuição das redes sociais para a sobrevivência das populações locais (cf. Mosca e Selemene, 2007), buscando problematizar a integração social dos reassentados, partimos do princípio de que não existe uma relação linear entre essas duas variáveis, sendo que a primeira (redes sociais) pode tanto facilitar como dificultar a integração social dos indivíduos. Diante destes problemas, foi elaborada a seguinte questão: *De que forma se constroem as redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamento, no distrito municipal da Katembe?* Como resposta provisória adoptamos a seguinte hipótese: As redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamentos se constroem através da relação de cooperação, coexistência e pelo sentimento de pertença num mesmo espaço de interacção social.

A presente monografia tem como local de estudo, o bairro da Chamissava, no distrito Municipal da KaTembe. A escolha do bairro deve-se ao facto de a autora ter observado que algumas das famílias retornaram as antigas zonas de residência, alegando a falta de condições para a sua sobrevivência. O horizonte temporal desta pesquisa é de 2020 a 2021. A escolha deste período torna-se relevante por permitir analisar as experiências das famílias reassentadas que permaneceram nas novas zonas de residência. O nosso grupo-alvo foi constituído por famílias reassentadas, que permaneceram e continuavam nas novas zonas de residência até o momento em que realizarmos o nosso trabalho de campo.

Este estudo mostra-se relevante, pelo facto de não existir literatura que debruça-se sobre as relações de alianças, de poder e de conflitos que estabelecem entre os reassentados. É esta limitação que despertou o interesse e, ao mesmo tempo, justifica a elaboração deste estudo, na qual observou-se que outros estudos consultados não partilham da mesma.

No domínio da sociologia, a realização deste estudo representa uma contribuição pelo facto de incidir sobre o reassentamento, enquanto um fenómeno que, não sendo novo em Moçambique, renova-se com maior incidência com os projectos de desenvolvimento. Neste sentido, espera-se obter aspectos particulares que possibilitam testar a actualidade da teoria de Simmel (2002), que operacionalizamos neste trabalho. Ao proceder neste sentido, trouxe-se elementos que demonstrem a importância de revisitar os clássicos da sociologia na compreensão da realidade contemporânea.

Como *objectivos* do trabalho, tem-se o geral que consiste em compreender a construção das redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamento, no distrito municipal da KaTembe. Para a materialização do objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos: descrever os valores e normas partilhados entre as populações reassentadas em Chamissava; explicar o papel das redes sociais para integração dos reassentados nas zonas de reassentamento e identificar as estratégias usadas pelas populações reassentadas para a integração social nas zonas de reassentamento.

No que se refere a teoria de base, escolheu-se e operacionalizou-se a teoria de sociabilidade de Simmel (2002), a qual associou-se a perspectiva de capital social de Fukuyama (2000). No primeiro autor, considerou-se que as redes sociais se formam quando os indivíduos interagem e se relacionam entre si e a sociabilidade está relacionada com interacção dos indivíduos

independentemente das finalidades que perseguem nos diferentes espaços que frequentam no quotidiano. No segundo, buscou-se as dimensões da confiança, solidariedade e interajuda, de modo analisarmos a construção das redes sociais pelos reassentados no distrito da KaTembe.

Para a concepção de todo o trabalho, enveredou-se por uma abordagem qualitativa e método qualitativo. A abordagem qualitativa, permitiu conceber a realidade a partir do próprio quotidiano dos actores sociais. O método qualitativo, dá possibilidade de retratar as redes sociais de uma forma profunda a partir da experiência dos actores sociais, das normas e valores por eles construídos e partilhados no seu quotidiano.

Estruturou-se o trabalho em 4 capítulos. Começou-se com a introdução do trabalho que não concebeu-se como um capítulo, onde apresentou-se uma breve contextualização do tema; a delimitação do tema, a construção do problema; a hipótese; a justificativa e os objectivos gerais e específicos. No primeiro capítulo, contemplou-se a revisão da literatura, onde trouxe-se alguns estudos empíricos realizados sobre os reassentamentos, dando maior enfoque a produção académica a nível de Moçambique. No segundo capítulo, trouxe-se o quadro teórico e conceptual, onde abordou-se a sociabilidade como teoria de base e a definição e operacionalização dos conceitos. O terceiro capítulo, fala da metodologia, onde definiu-se os métodos de estudo, as técnicas de recolha de dados, a definição de amostra, princípios éticos e os constrangimentos enfrentados ao longo da realização do estudo. O capítulo quarto trata da interpretação e discussão dos dados de campo. A fase final, trouxe-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

Capítulo 1. Revisão da literatura

O reassentamento é um fenómeno que vem sendo estudado em Moçambique sob ponto de vista de diferentes perspectivas no que tange as dimensões em análise, como é o caso dos conflitos que ocorrem ao longo da sua realização, as condições de vida das populações. Trazemos, para esta revisão da leitura, alguns dos estudos que foi possível identificar. Considerando o facto de termos identificado a tendência de se apontar para os problemas que se manifestam ao longo do reassentamento, e procuramos destacar a forma como cada autor sustenta o seu posicionamento.

Manso (2009), realizou um estudo no contexto brasileiro no qual observa que as populações são reassentadas como resultado de projectos agro-pecuários. Ao longo do processo da sua deslocação as famílias enfrentam um conjunto de problemas, contudo, os mais graves foram encontrados no local onde foram reassentadas. Um problema destacado está ligado ao seu isolamento com relação as cidades vizinhas nas quais podem ter acesso a serviços necessários para a sua sobrevivência, a insegurança, fazendo com que os agregados famílias vivenciem um sentimento de não ter protecção.

A análise que se faz no estudo acima sobre o reassentamento incide especificamente sobre as condições de vida que as populações reassentadas encontradas nas zonas onde são recolocadas, identificando os problemas que passam a enfrentar, uma vez que onde residiam antes não enfrentavam os mesmos problemas. No estudo de Manso (2009), se afirma que os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas resultam do facto de os responsáveis pelo processo não tomarem em consideração os imperativos legais que definem a necessidade de reposição das condições de vida que essas famílias possuíam antes de serem removidas.

Notice, Oliveira e Teodoro (2003), afirmam no seu estudo que situações de reassentamento também ocorrem por causas naturais, como as cheias ou enchentes. Estas causas revelam-se como sendo mais problemáticas pelo facto das populações tenderem a regressar as zonas das quais tinham saído quando ocorreram as enchentes, estando assim, mais uma vez, sujeitas a serem vítimas dessas calamidades naturais.

Os autores acima supracitados, afirmam ser importante aprofundar as causas que conduzem ao retorno as antigas zonas de residência. Tendo aprofundado esta dimensão, Notice, Oliveira e Teodoro (2003), apontam para a falta de condições de vida ou condições improvisadas como uma das principais causas na zona de reassentamento, o que faz da intervenção do governo uma

necessidade pontual de modo a inverter um ciclo da vitimização contínua e constante das populações afectadas pelas calamidades naturais.

A criação das condições de vida mínimas com vista a promoção do bem-estar das famílias removidas é uma exigência legal. Todavia, a realidade mostra a contínua violação desse instrumento legal. Para dizer com isto, como vemos a seguir, que em Moçambique são vários os casos nos quais alguns autores analisam o reassentamento, destacando o atropelo do regulamento de condução do processo no país.

Negrão (1997), afirma que muitos dos casos de reassentamento em Moçambique acontecem compulsivamente, isto é, as populações são obrigadas a se retirar em curto prazo de tempo, com poucas oportunidades de se prepararem de modo a vivenciar o processo de forma mais pacífica possível. Como resultado, os agregados familiares vivenciam o reassentamento enquanto um processo de ruptura com a sua realidade anterior, deixando para trás um conjunto de elementos que já faziam parte de si.

O processo de ruptura, afirma Negrão (1997), se torna mais doloroso porque as famílias, populações e comunidades apresentam resistência, tanto em abandonar suas casas de onde estão a ser retiradas como em se adaptar as suas novas zonas de residência. Esta resistência apresentada é revelada no momento no qual alguns dos reassentados optam por regressar as suas antigas casas para se restabelecerem de novo.

O estudo que apresentamos nos dois parágrafos acima apresenta, de uma forma geral, o quadro social característico das experiências dos agregados familiares reassentados em Moçambique, onde o retorno as antigas residência é um fenómeno muito comum e observado. Este quadro é corroborado por Araújo (2002), afirma que a transferência da população de um lugar para o outro tem implicações na melhoria das condições de vida, principalmente quando as causas da sua retirada estão ligadas aos grandes projectos de exploração de recursos naturais.

Com a predominância do reassentamento resultante da implantação dos Mega-projectos, se pode afirmar que os principais problemas vivenciados pelas populações reassentadas estão vinculados a esses projectos. Assim, os problemas identificados, tais como a não reposição e melhoramento das condições de vida das populações, estão ligados a não observância dos princípios definidos ao nível do regulamento do reassentamento em Moçambique. É neste sentido que Araújo (2002),

reitera por inúmeras vezes a importância de uma maior fiscalização no que diz respeito a observação desses princípios, com risco de se deixar que as populações saiam sempre lesadas.

Lilywhite, Kemp e Slurman (2015), incidem sobre os princípios fundamentais contidos nas leis onde se faz referência ao reassentamento, onde se preocupam com reconstrução e criação de melhores condições de vida para as populações reassentadas. Um dos aspectos que se mostra importante de ser observado ao longo do reassentamento das populações é a questão da identificação do local de reassentamento, pois influencia, em grande medida, na obtenção de resultados satisfatórios após o restabelecimento das populações. Desta forma, é importante que as famílias a serem reassentadas sejam consultadas no momento da selecção dos locais de modo a se sentirem satisfeitas.

No momento da identificação é importante considerar alguns factores que entram no processo de avaliação, tais como o tamanho da terra disponível, o potencial de produtividade da terra, o abastecimento de água adequada, o acesso aos meios de vida não-agrícolas, a segurança da pessoa e da terra (Lilywhite, Kemp e Slurman, 2015).

A não satisfação das populações quanto ao seu reassentamento releva um distanciamento entre as expectativas que elas constroem e as condições que elas encontram efectivamente nas zonas onde são reassentadas. De acordo com Matos e Medeiros (2012), as populações recebem uma série de promessas quando são comunicadas sobre a necessidade da sua remoção, o que concorre para que construam expectativas no que tange aos ganhos que virão a ter ao cederem a sua retirada. Para dizer assim que às populações são feitas promessas que posteriormente nem são cumpridas.

Neste sentido, facto de se apontar para a falta de condições de vida nas zonas de reassentamento. Porém, pode-se referir o facto de Matos e Medeiros (2012), afirmarem que essa falta de condições de vida está ligada a dificuldade no acesso a água e outros recursos, como a própria terra para o desenvolvimento da actividade agrícola. É precisamente na falta de recursos que definem os níveis básicos e desejáveis de vida das populações que se relevam os pontos críticos do processo de reassentamento.

Quanto apresentação e discussão dos estudos que apresentou-se sobre a questão do reassentamento no contexto moçambicano e brasileiro, trazendo o estudo de Andrew (1979), que defende a ideia segundo a qual o processo de reassentamento não deve ser encarado como um

simples deslocamento de pessoas ou grupos, famílias. Antes, deve ser realizado e analisado enquanto um processo de desenvolvimento e expansão de políticas de desenvolvimento que visa fundamentalmente desenvolver dois espaços simultâneos (onde as famílias são deslocadas e onde são fixadas).

Analisar o reassentamento enquanto um processo global de desenvolvimento implica ir para além das condições de vida das populações reassentadas de modo a abranger a dimensão comunitária, local, regional e nacional, o que requer, por sua vez, um estudo mais extensivo. O estudo de Andrew (1979), é o único que coloca o problema de reassentamento a partir de uma perspectiva holística. Contudo, não se distancia dos outros acima quanto as constatações que interessam para este trabalho, na medida em que também sublinha a precarização das condições de vida das populações reassentadas.

Os estudos que apresentamos na revisão da literatura nos contextos nacional e brasileiro incidem sobre o mesmo ponto recursivamente. Manso (2009), Notice, Oliveira e Teodoro (2003), Negrão (1997), Andrew (1979), Matos e Medeiros (2012), afirmam todos que o reassentamento se tem revelado um processo que pouco tem ajudado no melhoramento das condições de vida das populações. Pelo contrário, tem contribuído para a degradação das condições de vida que possuíam nas antigas zonas de residência.

Não obstante observou-se algumas particularidades na forma como os vários autores que discutimos nessa revisão da literatura apresentam e discutem as suas observações, de acordo com os propósitos deste trabalho, podemos indigitar alguns aspectos de convergência. Conferiu-se destaque ao facto de apontarem para o recurso a uma remoção compulsiva e a falta de criação de condições de vida apropriadas nas zonas de reassentamento de modo a assegurar uma vida saudável para os reassentados. Essas duas constatações serviram de base para a realização do presente trabalho, procurando-se ir mais além como forma de discutir o processo de integração nas redes sociais criadas nas zonas de reassentamento pelas populações reassentadas.

1.1. Problema de Pesquisa

A integração social dos indivíduos na sociedade sempre foi um problema sociológico, desde os teóricos da sociologia clássica com destaque para Durkheim (1997), que encontrou nesse processo um factor chave para explicar a ordem social. Nas sociedades contemporâneas, a questão da integração social transvasa o domínio da ciência para estar presente nos discursos políticos e legais, quando o que está em causa é sobre o reassentamento dos indivíduos e a criação de suas condições de vida apropriada para a sua permanência nas zonas de destino.

A precarização das condições de vida das populações reassentadas nas zonas de destino tem sido uma denúncia em que ocorre ao encontro e coincidência entre os discursos científicos, de um lado, e os políticos e legais apontam que as empresas responsáveis pelo reassentamento das populações, não criam condições tanto para a reposição das condições de vida das quais dispunham nas zonas de origem, quanto para elevação dos seus níveis de vida anteriores, por outro lado.

No entanto, existe um ponto de distanciamento entre as duas categorias de discursos anteriores que mostra a capacidade do discurso científico em ultrapassar o domínio do conhecimento quotidiano, pelo espontâneo. De um lado, os discursos políticos e legais limitam-se a definir e a assumir, pelos meios ao seu alcance, como é o caso do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas em Moçambique (2012), a necessidade de empresas envolvidas nos projectos económicos a nível nacional envolvam os reassentados no curso de todo o processo de reassentamento e assegurar, nas zonas de chegadas condições de vida que gozavam nas antigas zonas de residência.

Do outro lado, o discurso científico transcende esse nível, partindo e questionando esses discursos políticos e legais, do ponto de vista da sua concordância com as exigências das condições de vida nas zonas de reassentamento, bem como do prisma do cumprimento dos princípios prescrito no regulamento acima citado por parte das empresas visadas (BM, 2012). É neste esforço de ruptura que, autores como Lilywhite, Kemp e Slurman (2015), revelam a precarização das condições de vida dos reassentados nas zonas de reassentamento, outros, como Maria (2017), mostram que as populações são obrigadas a encontrar estratégia de sobrevivência em face dessas condições de vida. Entretanto, o que observou-se por detrás desse esforço científico está a denúncia da falta ou fraca integração social por parte dos reassentados nas zonas

de destino, que tem sido responsável pelo caos social decorrente do conflito entre essas populações e as empresas envolvidas no processo.

Desta maneira, a questão da integração social – sendo uma condição para assegurar o acesso a bens e serviços dentro da sociedade – pode aqui ser resgatada para o estudo no contexto social das zonas de reassentamento, procurando identificar outras variáveis susceptíveis de estarem a contribuir ou não para a sua materialização. Embora a revisão da literatura identificada e consultada não explore a questão da redes sociais nas zonas de reassentamento, tem sido recorrente, nos estudos sobre a estratégias de sobrevivência ao nível comunitário, o recurso dessa variável para compreender a promoção das condições de vida das populações locais por meio de recursos próprios (CIP, 2010). Desta forma, encontrou-se nas redes sociais uma variável relevante explorada, buscando compreender a sua relação com a integração social das populações reassentadas, pois a permanência destas nas zonas de reassentamento é indicador de que conseguem sobreviver.

Não obstante, ser uma tendência observada que se procura destacar a contribuição das redes sociais para a sobrevivência das populações locais (cf. Mosca e Selemene, 2007), buscando problematizar a integração social dos reassentados, partimos do princípio de que não existe uma relação linear entre essas duas variáveis, sendo que a primeira (redes sociais) pode tanto facilitar como dificultar a integração social dos indivíduos. Diante destes problemas, foi elaborada a seguinte questão: *De que forma se constroem as redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamento, no distrito municipal da KaTembe?* Como argumento pretende-se defender que: as redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamentos se constroem através da relação de cooperação, coexistência e pelo sentimento de pertença num mesmo espaço de interacção social.

Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual

Apresentamos a teoria de sociabilidade de Simmel (2002), como a teoria na qual usamos para a análise do nosso objecto de estudo. Embora este autor use especificamente o conceito de redes sociais, de acordo com Fialho (2015), é possível extrair deles contribuições que permitam analisar essa realidade social, mesmo porque, alguns autores indicam-nos como o precursor da teoria das redes. Também nos associamos a contribuição de Fukuyama (2000), quanto a noção de capital social para complementar a teoria principal. Consideramos o facto de a teoria que escolhemos incluir aspectos que retratam a integração social do individuo em agrupamento cada vez maiores, não obstante iniciar na relação entre dois indivíduos.

Na formulação da sua teoria, Simmel (2002), opõem-se às lógicas substancialistas que caracterizar ou por defender o individuo contra sociedade ou vice-versa. Para o autor, é relevante considerar a realidade social enquanto o encontro dessas duas partes, embora o individuo seja o elemento básico mas não isolado, pois ele produz e produz-se no seio das interações sociais. É com base nisto, o autor afirma que a sociedade não constitui uma substância com existência prévia em relação aos indivíduos, antes resulta do que o autor designa de processo de sociação.

O conceito de sociação, que refere-se à tendência que os indivíduos têm de se associarem, no sentido de estabelecer relações e interações com uns com os outros, constituindo formas sociais (modalidade de interação), ou seja, unidades. A preferência pelo conceito de sociedade, deve-se ao facto deste enfatizar o elemento processual do social, o que implica considerar que dois indivíduos podem ao longo do tempo e espaço relacionarem-se de formas distintas, constituindo formas sociais, consequentemente, distintas, dependendo dos interesses que os motivam.

Simmel (2002), parte assume assim uma abordagem que focaliza as relações sociais em detrimento da noção de sociedade estática. Ou seja, a sociedade existe sempre que vários indivíduos estejam em reciprocidade de acção e interacção, constituindo unidades cuja dinâmica é constante. De referir que, a unidade não pode ser confundida com o consenso, pois pressupõe que podem ser constituídas em relações de conflito e competição entre os indivíduos.

O autor procura distinguir conteúdos e formas. O primeiro refere-se ao que está dado na subjectividade dos indivíduos tais como motivações, interesses, significados, objectivos, etc, enquanto o segundo reflecte a objectividade dos conteúdos de dois ou mais indivíduos, ou seja, resultado da exteriorização e partilha das subjectividades dos indivíduos. No entanto, nas

interacções concretas, sem anular a sua subjectividade, os indivíduos, exteriorizam-na, comunicam-na e partilha-a, dando origem a uma realidade exterior diferente do que lhes é interior, embora aquela tenha significados para si.

Estes princípios oferecem um quadro particular sobre as contribuições de Simmel (2002), para a análise das redes sociais e da integração social, onde os indivíduos participam de uma multiplicidade de interacções sociais que os interliga com outros indivíduos, constituindo assim o que designamos, em conceito, de redes sociais. Desta forma, fazendo parte de diferentes unidades, os indivíduos acabam sendo a fonte de ligação entre essas unidades, formando estrutura que se entende de sociedade.

Esta teoria, não se debruça sobre normas e valores devem ser partilhados pelas pessoas envolvidas num determinado grupo ou uma rede social, daí que se associou a perspectiva de Fukuyama de modo a trazer aspectos referentes ao capital social dos mesmos.

Por sua vez, Fukuyama (2000), apresenta a sua teoria de capital social de pois nos permitem considerar que a sua aplicação pode fazer com que os indivíduos no quotidiano vivam relações de confiança, cooperação e interajuda. O conceito de capital social é definido como “um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permite cooperação entre essas pessoas” (p. 63).

Observamos alguns aspectos nessa concepção de capital social, em primeiro lugar, estabelece a necessidade de existência de normas ou de valores; em segundo lugar, essas normas e valores devem ser partilhados pelas pessoas envolvidas no grupo em consideração, o que pressupõe que todos se comportem de acordo com elas; em terceiro lugar, a sua relação deve ser de cooperação, isto é, a acção de cada pessoa, baseada nessas normas e valores, deve permitir que exista uma cooperação entre as pessoas. Desta forma, o capital social mostra, não só uma predisposição para a cooperação mas também uma cooperação posta em prática.

Esta predisposição causada pelo capital social, permite que as pessoas possam esperar um determinado comportamento entre elas. Segundo Fukuyama (2000), se uma pessoa poder esperar da outra um determinado comportamento, elas podem desenvolver uma relação de confiança entre si, dinamizando as interacções intergrupais. O autor afirma que, “se os membros do grupo puderem esperar da parte dos companheiros um comportamento sério e honesto, então acabarão

por confiar uns aos outros. A confiança é o lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização” (p.65).

Neste sentido, é na busca pela satisfação do seu conteúdo (interesses, motivações, etc) que os indivíduos constituem unidades nas quais se integram ou buscam integração nas interações existentes, contribuindo para a sua reprodução e transformação. Em resumo, os indivíduos são seres racionais que procuram atingir determinados fins, pelo que, acabam por constituir e participar de uma rede de interações sociais, nas quais podem experimentar relações de conflito, cooperação, competição, poder, solidariedade, etc.

Trouxe-se as contribuições de Simmel (2002) de modo a operacionalizarmos as dimensões de cada categoria apresentada pelo autor para construir as categorias das redes sociais construídas pelos reassentados. Desta forma, enquanto neste autor buscou-se as formas de relação, a partir de Fukuyama (2000) relacionou-se essas formas com os respectivos conteúdos dos indivíduos, incidindo sobre os reassentados como a base para a constituição, reprodução e transformação da realidade social na qual se encontram inseridos.

2.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Neste trabalho nos centramos na formação das redes e a integração dos reassentados nas zonas de reassentamento, assumindo o olhar das populações reassentadas como foco da nossa análise. Como conceitos centrais, relevante de serem definidos, discutidos e operacionalizados, identificamos os seguintes: reassentamento, integração social, redes sociais e o capital social que é formado pelas populações reassentadas.

2.2.1. Integração social

Integração social é um conceito caro a sociologia, sendo central para a compreensão da realidade social, seja do ponto de vista da ordem, como da desordem. Esse conceito tem como base a ideia de integração, que é definida por Pires (2012), como processo de constituição de uma sociedade por meio da combinação das suas componentes, que pode ser pessoas, instituições ou organizações.

Quando acrescentamos o termo social, formando integração social, a sua aplicação restringe-se especialmente no plano dos indivíduos. Na perspectiva de Pires, esse conceito refere-se a

incorporação dos indivíduos num espaço social por meio de relacionamento, passando a constituir laços sociais e simbólicos de pertença colectiva.

Nestes termos, o conceito implica a partilha de laços e símbolos com outros indivíduos dentro de espaço social, no entanto, pode-se estender para questão da participação, como o faz Magano (2008), ao afirmar que integração social é a participação dos indivíduos em actividades dentro da sociedade, como a profissional, consumo, o que implica a interiorização de valores e normas.

Esta segunda dimensão, especifica mais a primeira ao dar exemplo de espaços nos quais se pode realizar a integração social, como o caso do profissional. No entanto, este exemplo é bastante específico, ou seja, restrito. Uma ideia mais geral e abrangente de espaços nos quais os indivíduos podem levar a cabo ou lutar pela sua integração social é-nos oferecida por outros autores como podemos observar na sequência.

De acordo com Gaulejac e Léonetti (1994 *apud* Magano, 2008), a integração social poder ser vista como uma realidade em diferentes dimensões dentro da sociedade, desde a económica, que implica a participação no consumo e nas actividades de produção, passando pela dimensão social, abarca a participação em grupo primários, até a integração global no seio da sociedade por meio de laços sociais, simbólicos e institucionais.

Observou-se que, a cada definição que supracitada apresenta novos elementos que foram agregados no conceito de integração social, demonstrando a sua complexidade, o que torna a sua operacionalização uma exigência para a sua aplicação no presente trabalho. Por mais que se tente delimitar o seu alcance, a realidade mostrará sempre que a sua heterogeneidade não pode ser aprendida de uma só vez, pelo que, a definição estará sempre aberta a integração de novos aspectos com os quais irá-se deparar ao longo do estudo.

É neste sentido, se afirma que a integração social, antes de tudo, indefinível, ou melhor, definível como uma pluralidade, aberta e mutável, tendo como fundamento a partilha do conceito de cidadania. Para este trabalho, a integração social é vista como a abertura para a o exercício de escolhas livres sem, contudo, abdicar do seu relacionamento com os outros e da sua participação nos diversos espaços da sociedade.

2.2.2. Redes sociais

Na perspectiva de Marques (2009), redes sociais são definidas como a estrutura formada pelos relacionamentos que os actores possuem com os outros, onde actores podem ser indivíduos ou organizações, e os relacionamentos são as ligações mantidas. Desta forma, essas (redes sociais) podem ser analisadas por meio da frequência dos contactos (laços fortes ou alta frequência e laços fracos ou baixa frequência), das características do relacionamento (amizade, parentesco, trabalho, entre outras) ou pelo do conteúdo das informações trocadas. Além dos relacionamentos é preciso entender a estrutura que esses relacionamentos formam, pois não apenas os relacionamentos em forma de díades, mas também a rede maior formada por todos os relacionamentos.

Na mesma linha do pensamento do autor, a rede pode ser analisada tanto por suas características globais – o tamanho da rede (número de actores participantes), o grau de conexão entre os participantes (número de ligações), a densidade da rede (número de ligações existentes em relação ao número de ligações possíveis), o tipo da rede (rede de trabalho, de amizade ou de empresas) – quanto pela posição que um determinado actor ocupa nessa rede, ou seja, a sua centralidade, o grau em que ele serve de intermediário entre os outros participantes, e a distância entre ele e os demais actores da rede.

Para Maia (2000) redes sociais pressupõe que o estudo dos indivíduos a partir das relações que estabelecem entre si, onde a sua análise está voltada para a forma como cada um se relaciona com os outros, uma relação que permite perceber e explicar a posição de cada indivíduo em relação a um conjunto de indivíduos, e também os laços que os actores sociais estabelecem entre si. No mesmo diapasão, o autor defende que quanto mais intensos forem os laços entre os integrantes de uma rede, maior é a possibilidade desta fechar-se a si mesma e não estabelecer relações com outras redes. Inversamente, o autor diz que, quanto menos intensos os laços entre os integrantes de uma rede, maior são a flexibilidade, extensão e adaptabilidade da mesma que é capaz de estabelecer relações muito para além dos seus círculos de sociabilidade.

Quando se fala de redes sociais, refere-se as relações sociais desenvolvidas por um conjunto de indivíduos e que compreende uma complexidade de ligações, sentimentos e laços entre os mesmos. Assim, nas zonas de reassentamento há teias e redes de relações que as populações estabelecem entre si. Para este trabalho, procura-se captar o sentido dessas redes, as suas

características e finalidades bem como, o seu processo de formação a partir das relações que os actores sociais desenvolvem naquele espaço.

2.2. 3. Reassentamento

O conceito de reassentamento possui diferentes definições que podem ser identificadas, alguns elementos transversais e diferenciadores. Trouxe as definições para esta discussão e a sua operacionalização.

Shamini (2011), olha para o reassentamento populacional como a deslocação de pessoas ou grupo de pessoas de forma forçada ou obrigatória a deixar suas casas ou local de residência habitual, como resultado de evitar os efeitos ou conflito armado, a situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem.

O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (2012), define o reassentamento como a deslocação de uma população afectada por qualquer actividade, de um local para o outro dentro do território nacional, realizando acções que visam a conservação, restauração ou criação de condições de vida iguais ou superiores as condições das quais dispunham nas zonas das quais foram removidas.

Observou-se que a designação condições de vida não aponta nada em específico, pelo que podemos entender que se refere a qualquer factor que esteja relacionado a vida da população. Esta definição apresenta elementos suficientes para a aplicação do conceito neste trabalho. No entanto, tratando-se de uma discussão, podemos trazer outra definição de modo a identificar outras dimensões e/ou indicadores.

Para a pesquisa, considera-se pertinente a definição apresentada pelo MOPH (2013), segundo a qual reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima da do padrão de vida anterior.

Esta definição é atinente a elaboração do regulamento que deve ser levado em consideração pelas entidades públicas ou privadas, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, no processo de reassentamento às famílias afectadas com vista a promover a

qualidade de vida dos cidadãos e a protecção do ambiente. Entretanto, pode-se traduzir, de acordo com a definição, que reassentamento equivale a dar um ponto de partida de sobrevivência às famílias afectadas por diversas situações que causaram a perda dos seus bens.

Estes autores focalizam num aspecto comum ao evocar a perda de terra no processo de reassentamento populacional, pois a terra é tida como a base sobre a qual são constituídos os sistemas produtivos e formas de sobrevivência das populações. No entanto, Noce considera o reassentamento como o agente do dismantelamento das redes sociais e o capital social local.

2.2. 4. Capital social

O conceito de capital social é bastante discutido no seio dos teóricos da sociologia, uma vez que, tem-se assumido como a base da vida em sociedade. Pela sua relevância sociológica não necessitamos de recorrer a teóricos fora da sociologia para sua definição. Nos limitamos a discutir com nas contribuições de três teóricos. São eles, Bourdieu (2001), Giddens (citado em Saul, 2003) e Fukuyama (2000).

Bourdieu (2001) concebe capital social como sendo um conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizados de inter conhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agente, que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Na definição anterior observamos que o conceito de capital social tem como pano de fundo a interligação entre os agentes sociais. O facto de referir a sua condição mais ou menos institucionalizada torna esta definição não aplicável para o nosso estudo, uma vez que, nos referimos especificamente a condições informais. Vejamos como Giddens (citado em Saul, 2003) define capital social.

Para autor, capital social pode ser definido como o conjunto de elementos da organização social, e encarnados em normas e redes de compromisso cívico, que constitui um pré-requisito para o desenvolvimento económico, assim como para um governo efectivo. Dentro desta definição são apontados como principais dimensões a autoconfiança, normas de reciprocidade e redes de compromisso cívico.

Esta segunda definição apresenta claramente algumas dimensões de capital social, contudo, nem todas são relevantes para este trabalho. Não nos interessa o desenvolvimento económico, não nos interessa o compromisso cívico. Se optássemos pela definição de Giddens (citado em Saul, 2003), consideraríamos apenas a questão da confiança e da reciprocidade. Assim sendo, trazemos a seguir uma definição na qual somente estas duas últimas questões compõem o conceito de capital social.

Referiu-se a definição de Fukuyama (2001), que concebe como sendo um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Esta partilha de normas permite que os indivíduos envolvidos confiem uns aos outros, no sentido de saber que o outro irá agir de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias.

O carácter informal destacado na definição trazida no parágrafo anterior é central para este estudo, uma vez que, incidimos sobre grupos de amigos nos quais as normas são informalmente definidas e partilhadas. O segundo elemento relevante, são as questões da reciprocidade, cooperação e confiança decorrentes do capital social. Recorreu-se, deste modo, a definição de Fukuyama (2001), que considera o capital social como o conjunto de normas e valores partilhados entre um grupo de indivíduos que lhes permite estabelecer relações de solidariedade, cooperação e confiança.

Capítulo 3. Metodologia

A metodologia consiste, segundo Freixo (2009), num conjunto de métodos e de técnicas que orientam a elaboração do processo de investigação científica. Nesta parte do trabalho, buscamos apresentar aqueles que serão os métodos e as técnicas que nos propusemos a usar para a realização do presente estudo.

3.1. Abordagem do estudo

Optamos por uma abordagem de estudo qualitativa. De acordo com Duarte (2009), existem várias razões para se optar por esta abordagem, dentre as quais interessa-nos destacar, o facto de conceber e retratar a realidade do ponto de vista da sua complexidade, possibilitando compreender o fenómeno social dentro das relações de influência recíproca que estabelecem com outros fenómenos no seio do contexto onde se manifesta. Há que acrescentar que, a abordagem qualitativa privilegia a perspectiva dos actores, sua subjectividade e os sentidos que atribuem as suas acções e experiências.

Escolhemos a abordagem qualitativa para a realização deste estudo por seguintes motivos: em primeiro lugar, consideramos que tanto as redes sociais quanto a integração social são fenómenos que podem ser interpretados dentro do contexto de sua realização e em segundo lugar, assumimos que, embora tenham a sua dimensão objectiva, possuem sentido subjectivo para os indivíduos que se envolvem nesse processo, pois são eles que procuram envolver-se em redes sociais, bem como buscam integração. Essas experiências demandam um aprofundamento que pode ser melhor realizado qualitativamente.

3.2. Método de abordagem

Recorremos ao método hipotético-dedutivo como o de abordagem. O método hipotético-dedutivo consiste em partir da realidade para construir um quadro de referência, em que temos a hipótese que poderá ser confirmada ou refutada com os dados empíricos (Gil, 2008). A partir da nossa perspectiva teórica adoptamos uma hipótese de estudo que serviu de guia para o desenvolvimento do presente trabalho, procurando confrontá-la com os dados de campo que recolhemos juntos dos reassentados do bairro Chamissava.

Aplicamos o método hipotético-dedutivo, na medida em que constitui o primeiro passo para a realização do nosso estudo, e que possibilitou entrar em contacto com os reassentados. Devemos

sublinhar que, este contacto foi realizado com os reassentados no âmbito da Construção da ponte Maputo-KaTembe. Contudo, os dados que obtemos junto dos reassentados foram fundamentais para conceber o modelo teórico-conceptual baseado numa hipótese que *a posteriori* procuramos refutar ou confirmar a partir da realidade dos reassentados do distrito de KaTembe.

3.3. Método de procedimento

Obteve-se os dados por intermédio dos reassentados, baseando-se na descrição que eles fazem das suas experiências, assim como do processo de reassentamento. Para o efeito, adoptou-se a redução fenomenológica como método de procedimento. Este consiste em considerar que a realidade é o que está dado na consciência dos actores sociais e que esta resulta das experiências passadas que eles vivenciam. De modo a captar essa realidade, o investigador, por meio de perguntas, induz o entrevistado a recordar e descrever as suas experiências, destacando aspectos que interessam para a interpretação do seu objecto de estudo (Gil, 2008).

Em termos de operacionalização desse método, procurou-se descrever os diferentes aspectos do reassentamento e das redes sociais nesse processo por meio da descrição e interpretação que os reassentados fizeram. Desta forma, os dados apresentados, analisados e interpretados são os que os entrevistados puderam recordar e nos facultar. No entanto, não se limitou a sua reprodução enquanto senso comum. Por meio de conceitos teóricos e categorias interpretativas, procurou-se destacar aspectos por detrás dos seus discursos. A sua reflexividade é o ponto dialéctico, isto é, de encontro entre a estrutura e o agente, sendo este ponto que captou-se a partir desses discursos.

3.4. Universo e amostra de pesquisa

O universo do nosso estudo foi constituído por indivíduos jovens, adultos e idosos, do sexo masculino e do sexo feminino que estiveram integrados nas populações reassentadas no distrito da KaTembe no âmbito da construção da ponte Maputo-KaTembe. De modo a facilitar a sua localização, trabalhou-se unicamente com aqueles que permaneceram e permanecem nas novas zonas de residência para onde foram encaminhados. Dentro deste grupo, preocupou-se, especialmente, com aqueles que estiverem em frente do agregado familiar, que estavam na posição de informantes-chave.

Os dados revelam que, no âmbito da ponte Maputo-KaTembe, foram reassentadas famílias e direccionadas para o bairro de Chamissava. Foi o interesse trabalhar apenas com os residentes do

bairro de Chamissava, delimitando assim, o universo. O factor que concorreu para o efeito foi o facto dos líderes locais se terem apontado a população encaminhada para essa localidade como acessíveis para finalidades do estudo.

Pelo tamanho da população reassentada no bairro de Chamissava não reunia-se condições materiais de trabalhar com todos os reassentados, mesmo porque, se tratando de um estudo de natureza qualitativa, não foi o interesse nem exigência da pesquisa trabalhar com uma amostra qualitativa, pelo que, limitou-se um número total de 10 indivíduos, todos eles representantes de agregados familiares reassentados. Para a selecção dos entrevistados, adoptou-se uma amostra por acessibilidade, que constitui em trabalhar apenas com aqueles reassentados que se mostraram abertos e consentiram a sua participação no estudo.

Decerto que esse número de 10 não foi o total dos que estavam abertos a participar. Porém, sentimos a necessidade de parar de entrevistar mais reassentados, pois foi se observando que os participantes começavam a se tornar repetitivos, não trazendo novos aspectos relevantes de serem interpretados para uma melhor compreensão do objecto de estudo. Consequentemente, os dados que se tem, em função da sua profundidade e liberdade dos participantes em expressar os seus posicionamentos, espelham a diversidade característica da amostra.

3.5. Técnicas de recolha de dados

Realizaremos a recolha de dados com recurso à entrevista semi-estruturada. De acordo com Gil (2008), esta é uma técnica vinculada à pesquisa qualitativa, na medida em que permite a recolha de dados produzidos subjectivamente, sem perder de vista o contexto da sua produção. Esta técnica possibilitou-nos o investigador definir um número limitado de perguntas-tópico com base nas quais orientam toda a entrevista, sem restringir a liberdade do entrevistado e nem de formular novas perguntas para a condução da conversa.

Para este trabalho, entrevista possibilitou-nos aprofundar a configuração das relações sociais dentro das redes sócias e sua influência para a integração dos reassentados nas zonas de reassentamentos. Esta técnica permitiu-nos intervir durante a recolha de dados, de modo a reorientar os interlocutores de acordo com os objectivos do estudo. A entrevista semi-estruturada é apropriada porque procuramos incidir sobre a subjectividade dos actores sociais, consideramos a existência de aspectos dos quais só teremos conhecimento ao longo do contacto com o trabalho de campo.

3.6. Procedimentos de Recolha de dados

O contacto com os entrevistados teve como primeiro passo a apresentação da investigadora do trabalho e dos seus propósitos, garantir a verificação de alguns princípios éticos, como a confidencialidade e o anonimato. Somente dois meses depois, fomos conduzidos as populações residentes de Chamissava com as quais trabalhou-se. Inicialmente, foi apresentado a pesquisadora e informou sobre as razões que conduziram aquela localidade. Tendo informado que estava interessado em discutir sobre a criação das redes sociais nas zonas de reassentamento, as populações se mostraram interessados em tomar partido do estudo. Compreendeu-se que a impressão que tiveram foi que estava em representação do governo ou de uma entidade vinculada ao reassentamento, o que tornou necessário dissipar qualquer dúvida, esclarecendo que o interesse era apenas académico e que, qualquer contribuição que podia assegurar para a sua situação, derivaria do facto de, na fase final da pesquisa, apresentar-se-ia um relatório no qual a sua condição seria devida apresentada em forma de conhecimento científico e a disponibilidade do público no geral.

Marcou-se os dias para entrevistas em função da disponibilidade das populações, o que concorreu para que o intervalo entre uma e outra entrevista fosse, por vezes, na mesma semana. No entanto, a disponibilidade dos entrevistados foi mais determinante. Todas as entrevistas foram feitas em casa de cada entrevistado que conheceu-se no dia em que marcou-se o encontro. De modo a facilitar o contacto entre nós, foi elaborada uma lista telefónica de todos os indivíduos que se tinham disponibilizado para participarem do estudo, pelo que, antes de dirigir-se a KaTembe, ligava-se para corroborar o encontro pré-estabelecido.

Não gravou-se nenhuma entrevista, tendo sido este um dos pontos acordados em função da condição imposta pelas populações para que aceitassem participar da pesquisa. Como recursos, usou-se blocos de notas, nos quais registou-se toda a informação que se ia sendo transmitida. Com intuito de assegurar que nenhuma informação passasse de forma despercebida, pediu-se para que os entrevistados se pronunciassem de forma paulatina, o que foi acatado, embora nalguns momentos, pela dinâmica discursiva, assumiam um ritmo acelerado, que não se podia parar para não quebrar a linha de pensamento do entrevistado. Porém, sempre regressavam ao ritmo acordado, o lento.

As entrevistas tinham uma duração de 40 minutos em média, se estendendo para 1 hora em penas duas situações. Esse tempo de duração deveu-se ao carácter objectivo e pontual das questões que ia-se colocando aos entrevistados, assim como ao facto de eles, ao responderem uma questão colocada, acabarem por responder outras que vinham no guião. O seu interesse pelo tema em estudo, contribui para que se expressassem de forma livre e aberta. Entretanto, no momento da sistematização dos dados, teve-se que fazer recorte dos discursos de modo a extrair o conteúdo que respondia a cada pergunta do guião, como forma de facilitar a análise e interpretação dos dados.

3.7. Técnicas de análise dos dados

A sistematização, análise e interpretação dos dados foi feita de acordo com a natureza dos dados. Para o tratamento e análise dos dados qualitativos, adoptou-se a análise de conteúdo temática. Richardson (2008) afirma que a análise de conteúdo é, geralmente, utilizada para estudar dados em pesquisas qualitativas, fazendo uma leitura das ideias e, posteriormente, incidir sobre os elementos e regras que determinam essas ideias. Na sua vertente temática, Creswell (2007) afirma que, implica a descrição detalhada do conteúdo da informação, tendo como referência o cenário e as pessoas envolvidas, explorando os temas e questões relevantes para a compreensão do objecto de estudo em causa.

Na presente pesquisa, a análise de conteúdo temática consistiu na selecção da informação das entrevistas, das fontes documentais e bibliográficas em função de temas definidos aprioristicamente e ao longo da selecção e análise dos dados. Alguns dos temas pré-definidos são: incapacidade, habilidades limitadas, autonomia, auto-sustento. Ao longo da leitura exploratória foram emergindo temas como incapacidade, dependência, resiliência, entre outros aprofundados na apresentação dos resultados de pesquisa mais adiante neste trabalho.

3.8. Constrangimentos do estudo

Com a realização do trabalho de campo reflectiu alguns constrangimentos no contacto com o campo de estudo. O grande constrangimento foi a impossibilidade de procedermos com o nosso estudo junto da população reassentada no âmbito da Estrada Circular de Maputo, obrigando-nos a desviar o foco para outra comunidade no âmbito da ponte Maputo-KaTembe. Embora este facto não tenha afectado o conteúdo e a qualidade do estudo, contribui para que levássemos mais

tempo no campo, pois tivemos que rever alguns aspectos da concepção do estudo cuja definição teve como base a particularidade dessas populações, como por exemplo, a breve contextualização que realizamos na introdução deste trabalho.

No distrito da KaTembe, as vias de acesso aos bairros dos reassentados não facilitaram para as deslocções constantes que tivemos que realizar ao longo do trabalho de campo. Com efeito, o facto de os entrevistados marcarem próprios dias para a realização das entrevistas ajudou para que tivéssemos dias de descanso, não tendo que enfrentar diariamente o problema dos transportes público que caracteriza o distrito.

Esses intervalos que facilitaram alguns dias de descanso foram, também, responsáveis pela demora no campo de estudo. Por exemplo, para a realização do encontro com as famílias foi necessário aguardar por duas semanas, uma vez que o próprio chefe de posto nem sempre estava presente e disponível para contactar as populações. Estas, por sua vez, marcavam dias bastante distantes para as entrevistas, o que fez com que houvesse semanas nas quais nos deslocávamos apenas um único dia para o bairro de Chamissava.

O trabalho de campo, sendo uma arte, só se pode ensinar até certo ponto. São palavras de um antropólogo que serviram de base para o nosso comportamento junto das populações reassentadas. Assim, a paciência, a compreensão e a criatividade foram mecanismos aos quais recorremos para que tornássemos possível a recolha de dados, tendo resultado na obtenção da informação que discutimos no próximo capítulo.

3.9. Questões éticas do estudo

Por consideramos a situação social da população reassentada, entendemos ter sido indispensável observar algumas questões éticas na nossa relação com os entrevistados e no tratamento dos dados. Procurámos observar as seguintes questões: consentimento informado, anonimato e confidencialidade.

O *consentimento informado* foi uma questão cuja observância consistiu na transmissão de toda informação relevante ao estudo, permitindo que o entrevistado pudesse conhecer o estudo em realização e decidir sobre a sua participação. Desta forma, informámos sobre o tema de estudo, âmbito de sua realização, seus objectivos, sua finalidade, sua liberdade de não aceitar participar

no estudo, liberdade para que pudesse fazer qualquer pergunta que considerasse pertinente e a possibilidade que tinha de desistir ao longo da sua participação, caso achasse conveniente.

O *anonimato* foi observado por meio da não identificação dos entrevistados pelos seus nomes, sejam estes reais ou fictícios, pelo que, ao longo do registo das entrevistas e análise e interpretação dos dados, limitamos a distinguir os nossos entrevistados, enumerando os depoimentos que apresentamos.

Garantimos a *confidencialidade* dos dados, na medida em que procurou-se realizar pessoalmente todas as etapas do trabalho, o que permitiu que recolhesse, sistematizasse e interpretasse os dados de forma confidencial, evitando que pessoas que não participaram da pesquisa tivessem acesso à informação com a qual trabalhou-se. Desta forma, conservou-se a informação no âmbito da realização da monografia e no campo científico.

3.10. Descrição geográfica do local de estudo

A realização do processo de reassentamento toma em consideração as condições encontrada na localidade da qual as populações são reassentadas. Para oferecer um quadro contextual, compreendemos ser importante trazer uma descrição do distrito de KaTembe, destacando as suas principais actividades de gestão de rendimento.

O distrito da KaTembe, de acordo com os dados obtidos na Wikipédia, é uma das Unidades Administrativas Autárquicas da província de Maputo e cobre uma área geográfica de 101 Km², com uma população, de acordo com os dados do Censo 2007 do Instituto Nacional de Estatísticas em Moçambique, de 19 371 habitantes. No seu interior, possui os seguintes cinco bairros: Gwachene, Chale, Inguice, Ncassene e Chamissava.

Betar e Beta (2012) afirmam que esse distrito é uma região peri-urbana, ou seja, uma zona de transição entre o meio rural e urbano. No que tange à ocupação da população, apenas 5%, com mais de 15 anos de idade e menos de 65, é que se encontra no emprego formal, o que torna a economia informal na fonte de rendimento da maior parte dessa população.

Em termos de desatribuição da ocupação “Cerca de 455 da população com ocupação e com 15 ou mais anos vive do sector primário. Seguem-se o sector do comércio e finanças (18.6%), de outros serviços (15.4%) da construção (5.9%) e dos serviços administrativos (5%). Os restantes sectores apresentam uma representatividade inferior a 5%” (Ibidem, p. 3)

Por fim, Betar e Beta (2012) afirmam que o uso do solo constitui actividade dominante, sendo que as populações de dedicam à prática da actividade agrícola e agro-pecuária. De acordo com esses autores, cerca de 12% do território da KaTembe é ocupado por áreas mistas de terrenos agrícolas e de uso de agro-pecuário e de áreas residenciais não planificadas.

Esta breve descrição oferece uma ideia das condições de vida que os reassentados, pelo menos os que não vêm de áreas internas ao distrito da KaTembe, por exemplo, do bairro da Malanga, encontraram nas zonas para as quais foram direccionados, fazendo com que, como fonte de rendimento, tenham que se dedicar às actividades que vinham exercendo nas suas antigas zonas de rendimento ou se dediquem ao uso da terra, visto que, há maior possibilidade de trabalhar a terra do que obter um emprego formal.

Capítulo 4. Análise e interpretação dos dados

O trabalho de campo tornou possível a recolha de dados que permitem a compreensão do processo de formação das redes sociais nas famílias reassentadas. Para uma criteriosa e sistemática discussão, organizámos a informação em função dos objectivos do trabalho: i) perfil sócio-demográfico dos entrevistados, ii) descrever os valores e normas partilhados entre as populações reassentadas em Chamissava; iii) explicar o contributo das redes sociais para integração dos reassentados nas zonas de reassentamento e iv) identificar as estratégias usadas pelas populações reassentadas para a integração social nas zonas de reassentamento.

4.1. Perfil sócio-demográfico dos entrevistados

Introduzimos a descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados, reafirmando o facto de termos trabalhado com 10 indivíduos chefes de agregados familiares. Construímos o perfil com base nas seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, formação profissional, ocupação actual, bairro de residência anterior, número de filhos e número de membros do agregado familiar. Entrevistamos mais homens em comparação com as mulheres, num total de 10 entrevistados, 6 são do sexo masculino e 4 são do sexo feminino.

	Sexo	Idade	E. civil	Escolaridade	Ocupação profissional	Residência antiga	Número de filhos	N. A. familiar
1	M	48	Casado	8ª classe	Reformado	Malanga	7	2
2	F	40	Casada	4ª Classe	Domestica	Malanga	5	9
3	F	35	Casada	5ª Classe	Vendedeira	Malanga	4	6
4	M	50	Casado	6ª Classe	Negociante	Malanga	3	5
5	M	45	Casado	9ª Classe	Artista plástico	Malanga	2	4
6	F	50	Viúva	3ª Classe	Vendedeira	Malanga	5	3
7	M	32	Casado	10ª Classe	Biscates	Malanga	2	5
8	M	43	Separado	5ª Classe	Alfaiate	Malanga	3	1
9	F	35	Solteira	4ª Classe	Vendedeira	Malanga	3	4
10	M	48	Casado	5ª Classe	Negociante	Malanga	4	6

Tabela: Dados sociodemográficos dos entrevistados

Fonte: elaborada pela autora.

De forma geral, o perfil sociodemográfico dos entrevistados mostra que, os agregados familiares são chefiados, tanto por homens como por mulheres, nas faixas etárias de jovens e adultos. Os níveis de escolaridade mostram uma tendência para predominância do ensino primário, o que

reflecte na sua ocupação de gerência de rendimento que está mais ligada ao sector informal. O estado civil revela que podemos encontrar famílias nucleares, bem como monogâmicas, constituídas por apenas duas pessoas ou mais contendo 9 membros.

4.2. Valores e normas partilhados pelas populações reassentadas no bairro de Chamissava

Realizou-se este estudo com o intuito de mostrar que os reassentados, diante das adversidades encontradas na zona de reassentamento, recorrem ao capital social que partilham entre si como estratégia de sobrevivência. Para demonstrar esse pressuposto é necessário, antes, observarmos a existência deste capital social entre os reassentados no bairro de Chamissava, o que não é um exercício fácil pela sua complexidade embora tentamos simplificar de modo a tornar o nosso estudo de acesso a leitores menos familiarizados com a matéria em discussão.

Procurando contornar essa complexidade e respondendo apenas as exigências deste trabalho, de acordo com a sua dimensão, operacionalizamos alguns princípios a partir da definição que Fukuyama (2000), oferece do conceito de capital social. Desta forma, baseamo-nos na partilha de normas e valores, partilha de obrigações, existência de confiança nas relações de vizinhança e acções de interajuda para podermos afirmar a existência ou não de capital social entre os reassentados.

Concebemos **normas e valores** no seu sentido lato, considerando ambos como princípios a partir dos quais os indivíduos orientam a sua conduta, prescrevendo o que se deve ou não fazer. Vejamos os princípios expressos nos seguintes depoimentos:

“Temos que ter respeito uns com os outros, respeitar a vida do outro para que eles respeitem a sua vida. Aqui, cada um tem o seu espaço apesar de estar na mesma situação que eu. Dar informação quando é necessário, não andar por aí a falar do outro reassentado porque é como tu. É obrigação de cada reassentado respeitar o outro, suas condições de vida e prestar assistência. Assim, eu me relaciono com outro que vem da Malanga. O respeito é não criar problemas, é ter uma boa relação e reconhecer que cada um tem sua vida, mas na há isolamento, é importante ajudar-se.” (Homem de 48 anos, negociante)

“Só respeito entre nós, as pessoas aqui são solidárias, acho que é porque viemos da mesma zona. Respeitar é relacionar-se de boa forma, não causar problemas e não fazer fofocas, mas procuramos ajudar o outro quando precisa. Nós, reassentados, devemos ouvir quando um tem preocupação, quando o governo faz uma coisa que não gostamos.” (Homem de 43 anos de idade, alfaiate)

“Respeito e solidariedade, saber estar entre nós e ajudar no que eles precisam. Quando precisam pedem embora não nos pedimos muito porque ninguém ainda tem o suficiente.” (Mulher de 50 anos de idade, vendedeira)

“Cumprimentar a todos e ajudar quando possível a outros reassentados. Com os nativos já tivemos problemas porque eles reclamavam e diziam que os terrenos que nos atribuíram eram deles e que queriam de volta. É por isso que temo-nos relacionado apenas entre nós que viemos da Malanga.” (Homem de 50 anos de idade, negociante)

A observação que fazemos dos depoimentos acima, mostra a existência de dois princípios transversais entre os entrevistados, o que interpretamos como indicador da sua partilha. Do primeiro ao último depoimento, os princípios de respeito e interajuda se repetem recursivamente, sendo que todos os entrevistados reconhecem a existência de normas e valores que devem reger as suas relações sociais, especialmente entre os reassentados.

Embora as normas e valores possam ser partilhados é indispensável observar os sentidos que recebem, uma vez que, os actores possuem a capacidade de reconstruir os seus sentidos. O respeito enquanto um valor assume vários sentidos, partilhar informação, se preocupar com os problemas dos outros, não falar mal dos outros e não causar problemas. A interajuda implica dar assistência – para usar um dos termos retirados de um dos depoimentos acima – ao outro que se encontra na mesma situação.

Não podemos esperar que no seio de populações que vêm de uma zona urbanizada (bairro da Malanga na cidade de Maputo) encontremos a partilha de normas no sentido durkheimiano de consciência colectiva, como uma realidade acima dos indivíduos que se impõe a eles. Preferimos acreditar que a partilha de normas de valores do capital social de Fukuyama (2000), consiste em os indivíduos assumirem uma norma ou valor como obrigatória na condução do seu comportamento e da sua relação. É este carácter obrigatório que torna o capital social numa base para a previsão do comportamento a ser adoptado em determinadas situações.

4.2.1. Relação e criação de grupos de interajuda entre os nativos e os reassentados

Nesta secção, propõe-se falar sobre os princípios de respeito e interajuda afirmados por todos os entrevistados como indicadores do capital social entre os reassentados – reafirmar que não tencionamos medir a sua dimensão, nível ou intensidade. Observa-se a sua existência e a sua operacionalização como estratégia de sobrevivência. Referimo-nos apenas entre os reassentados

porque observamos, a partir dos depoimentos cima, a definição de fronteiras relacionais entre os nativos e os reassentados.

As expressões que retiramos dos depoimentos acima, como “*Está na mesma situação que eu*”, “*É obrigação de cada reassentado respeitar o outro*”, “*Nós reassentados devemos ouvir quando um tem preocupação*”, “*Quando possível ajudar o outro reassentado*” reflectem a restrição da aplicação dos princípios de respeito e interajuda entre os reassentados. A justificação para esta restrição está patente na expressão “*Acredito que é porque viemos da mesma zona*”, também retirada dos depoimentos anteriores. Reassentado se torna assim, uma designação usada pelos entrevistados para se auto-designarem e se diferenciarem dos nativos, definindo uma forma de relação entre *insiders* e *outsiders*.

A relação entre os *insiders* (nativos) e *outsiders* (reassentados) no bairro de Chamissava foi inicialmente de conflito, sendo que a reclamação das terras por parte dos primeiros é que esteve por detrás desse conflito. Os nativos, de acordo com os entrevistados, reclamavam que as terras a eles atribuídas lhes pertenciam, gerando uma situação de conflito de terras. Conjecturamos que esta situação influência para que os reassentados definam normas e valores de relacionamento entre si.

No processo de objectivação é importante, de acordo com Berger e Luckmann (2014), que as normas e/ou valores sejam assumidos como obrigatórias pelas partes envolvidos. Vejamos nos depoimentos seguintes como os princípios normativos e valorativos são interiorizados como obrigações:

“Sempre que houver um problema na zona devemos comunicar uns com os outros, não problemas particulares, mas problemas que têm a ver com o reassentamento.” (Homem de 48 anos de idade, negociante)

“Consiste na identificação dos problemas a nós relacionados e fazer chegar aos outros e ao nosso líder a fim de levar às estruturas máximas para posterior resolução ou compreensão. Também temos a obrigação de nos ajudarmos uns aos outros porque é possível notar que este reassentamento não foi bem conduzido. Então você não pode ver outro reassentado a sofrer e não ajudar, você tem a obrigação de ajudar.” (Homem de 32 anos de idade, aduaneiro)

“Eu como líder desse grupo devo ouvir os problemas que afligem meus pares e depois encaminhar para os órgãos máximos com objectivo de assegurar que sejam resolvidos, portanto eu mais outros dois indivíduos temos esse papel de pressionar para que as coisas aconteçam de facto e a seguir

levar respostas ao grupo. É minha obrigação ajudar e resolver os problemas dos reassentados.”
(Homem de 50 anos, militar)

Viu-se anteriormente que o respeito significa, dentre outros sentidos que assume, transmitir informação útil e que diz respeito a todos os reassentados. Esses dados mostram que recolher e fazer chegar a informação aos outros que também estão na localidade de Chamissava é uma obrigação assumida, reconhecida e praticada entre os entrevistados. Podemos chamar de princípio de comunicação e divulgação.

O capital social é um quadro de referência para as relações sociais, devendo conduzir os indivíduos não só à partilha de confiança, mas também falar a verdade, isto é, os indivíduos que partilham valores e normais baseiam a sua comunicação na verdade (Fukuyama, 2000). É o que observamos nos casos por nós analisados, pois quando afirmam a obrigação de fazer chegar a informação não estariam a referir-se a falsa informação, mas sim a informação verdadeira, isto é, que reflecta a sua realidade concreta de modo a ajudar na resolução dos seus problemas.

A interajuda é subscrita nos depoimentos também como uma obrigação e não somente como um princípio interiorizado. Este não está dissociado do primeiro mesmo porque constitui sua continuidade. A transmissão da informação verdadeira é um ponto inicial ou uma forma de prestar ajuda na resolução dos problemas, tanto do reassentamento como dos reassentados embora nalguns casos se insista na ideia de se centralizarem nos problemas vinculados ao reassentamento (e não nos problemas dos reassentados). Afinal, é muito complexo dissociar os problemas do reassentamento dos problemas de reassentados.

As condições de vida oferecidas no âmbito do reassentamento constituem factores influentes para a construção do capital social entre os entrevistados, na medida que fizeram com os reassentados criassem um grupo virado para a resolução dos seus problemas, como podemos observar a partir dos depoimentos seguintes:

“Na verdade não estou filiado a nenhuma associação, juntei-me apenas a um grupo que se designa como *grupo dos reassentados* que tem como objectivo resolver problemas concernentes aos reassentados. A minha participação neste grupo consiste em relatar qualquer coisa que não nos satisfaz conforme o prometido, fazer chegar à comissão os problemas que nos afligem.” (Homem de 48 anos de idade, negociante)

“Temos o grupo de reassentados no qual discutimos sobre os nossos problemas, buscamos soluções e decidimos como vamos agir, e aproveitamos para falar sobre as nossas experiências e

nossas formas de relacionamento porque devemos ajudar-nos.” (Homem de 32 anos de idade, aduaneiro)

As normas e regras são partilhados no seio de grupos sociais, pois estes funcionam com base em valores e normais que devem reger o comportamento dos membros para atingir os seus objectivos. Os grupos dos reassentados – assim passamos, a designar embora não seja o nome atribuído pelos seus fundadores – foi criado para perseguir e alcançar determinados objectivos, o de resolver os problemas dos reassentados junto das instituições governamentais responsáveis pela sua remoção.

No seio desse grupo, os entrevistados tinham a oportunidade de discutir e partilhar as suas experiências, suas modalidades de acção e de relação, sendo estas algumas das condições necessárias para a objectivação de normais e valores. Sobre a perspectiva de Simmel (2002), podemos compreender que os grupos nos quais o indivíduo actua como um sistema de coordenadas, de modo que a cada círculo social que o indivíduo adentra, e que é somado aos círculos antigos, sua individualidade fica determinada de modo mais preciso, construindo o capital social como seu quadro de referência.

A criação de um grupo de reassentados não é fenómeno novo no contexto moçambicano. Site e Queface (s.d), já tinham apontado no seu estudo que essa constitui uma estratégia adoptada pelos reassentados para reclamar junto das instituições responsáveis a resolução dos seus problemas que consistem, na maior parte dos casos, na criação de condições de vida dignas e apropriadas para que possam levar uma vida de qualidade rumo ao seu bem-estar. Porém, não é conveniente generalizarmos esta iniciativa de formação de grupo a todos reassentados, pois existem aqueles que, por razões pessoais, simplesmente não aderem, como está reflectido no caso seguinte:

“Não estou em nenhum grupo, mas ouvi dizer que existe um grupo dos reassentados e que deveria juntar-me a eles. Não tenho tempo, ando preocupado com a minha sobrevivência.” (Homem de 43 anos de idade, alfaiate)

Este é um caso isolado no seio da nossa amostra, uma vez que outros nem sequer fizeram menção a associação, o que introduz-nos nas estratégias que analisamos na próxima secção ao afirmar que não se juntou aos outros porque estava preocupado com a sua sobrevivência, o que significa que as suas acções de sobrevivência são individualmente criadas. No entanto, iremos retratar tópico em profundidade adiante.

A partir do depoimento anteriormente isolado é possível observarmos que a partilha de normas e valores em Chamissava é antecedida de duas situações distintas: a não partilha de significados no bairro da Chamissava, pelo que é um fenómeno novo na zona do reassentamento, o que concorre para que existam pessoas vivendo isoladamente; a partilha de normas e valores no bairro da Chamissava, sendo a zona de reassentamento um espaço de sua reprodução com tendência a sua deterioração. Porém, os depoimentos seguintes apontam mais para a primeira situação do que a segunda das duas anteriores, como podemos observar:

“Com os nativos não temos como ter confiança porque nós iniciamos logo com conflitos. Mesmo entre nós reassentados, para aqueles que não fazem parte do grupo é difícil ajudar porque você não sabe o que eles pensam, o que eles querem, se estão bem ou mal com a situação. Mas entre nós do grupo temos que confiar-nos para ajudarmo-nos.” (Homem de 48 anos de idade, negociante)

“Não tenho confiança com ninguém porque não conheço ninguém. Devo contar só comigo e minha família. Como hei-de confiar em pessoas que estou a encontrar aqui. Outros têm boas condições em comparação com as minhas e nem estão aí para mim, já confiar, como?” (Mulher de 50 anos, vendedeira)

Estes dois depoimentos apontam para duas situações distintas, ambas vivenciadas pelos reassentados na zona de reassentamento: a falta de confiança e a existência de confiança entre eles, bem como para com os nativos. É um campo comum a inexistência de relações de confiança entre nativos e reassentados condicionadas pelos conflitos que já foram objecto de interpretação e compreensão neste trabalho.

No entanto, entre os reassentados existem aqueles que afirmam que a confiança é uma condição para que vivenciem boas relações entre si. Estas relações são vividas especialmente pelos reassentados agrupados, reforçando a interpretação que fizemos do grupo de reassentados como um espaço de exteriorização e partilha de valores e normas. Assim, a solidariedade da qual falaram antes se reflecte nessa confiança, uma vez que a ajuda prestada é no sentido de que o outro prestará ajuda caso esta seja também solicitada por quem ajudou.

As condições objectivas, afirmam Simmel (2002), são subjectivamente vivenciadas, porque consiste nas combinações e sínteses que cada um realiza a partir de diversos elementos da cultura e da sociedade. Para o autor, o pertencimento do indivíduo a uma pluralidade de círculos sociais pode engendrar conflitos tanto internos como externos, como acontece no caso de entrevistados que interpretam o ambiente relacional do bairro de Chamissava como impróprio para o

desenvolvimento de relações de confiança com quem quer que seja, o que faz com estejam reduzidas ao seu ambiente familiar.

Procuramos partir da ideia do “dever ser” que encontramos nas narrativas anteriores para o que a realidade dos reassentados realmente é, questionando sobre a interajuda concreta que tem ocorrido no bairro, tendo obtido as seguintes respostas:

“Bom, eu ajudei com a água porque logo que cheguei aqui a primeira coisa que tive que fazer foi comprar dois tanques de água de 1000L cada para a construção da minha casa e também vender aos que não tinham, existe essa interajuda.” (Homem de 48 anos de idade, negociante)

“Acho que não devemos nos pedir nada por enquanto porque ainda não existe muita proximidade. Não nos pedimos nada.” (Homem de 32 anos de idade, aduaneiro)

“Eu, particularmente, costumo dar boleia as pessoas aqui quando necessário, assim como ajudo a fornecer água para os que ainda não conseguiram puxar para suas residências. Por acaso, nunca precisei nada deles, não peço nenhuma ajuda, mas alguns vizinhos costumam pedir emprestado certos produtos na lojinha com intuito de pagar fim de mês e eu, claro, avalio cada situação e ajudo nesse sentido.” (Homem de 50 anos de idade, militar)

“Ajudamo-nos nas boleias e emprestamo-nos certas coisas domésticas, como catana, coisas assim. Aqui é assim, um tem que ajudar o outro se não, não dá para nenhum reassentado sobreviver.” (Mulher de 50 anos de idade, vendedeira)

Seleccionou-se estes quatro depoimentos por representarem, de acordo com a nossa interpretação, quatro situações distintas no seio da nossa amostra. A primeira situação, no primeiro depoimento, refere-se a prestação de uma ajuda, no entanto, está oculta uma racionalidade adjacente. O entrevistado afirma que ajuda a comunidade com a água, entretanto essa água não é grátis. Para os outros terem acesso, devem comprar. Não é este tipo de ajuda que se oferece com base no capital social.

A segunda situação, no segundo depoimento, difere da primeira pela sinceridade que assume o entrevistado, na medida em que assume abertamente a inexistência de qualquer interajuda entre eles na zona de reassentamento. Nem ele pede ajuda aos outros nem os outros pedem a sua ajuda, tendo como fundamento o facto de ser estranhos uns com os outros.

Na terceira situação, no terceiro depoimento, existe de facto uma prestação de ajuda, mas não nos temos do capital social, uma vez que aquela assume um sentido linear e não recíproco. Nesta relação, uma das partes se assume auto-suficiente enquanto as outras precisam de si. Podemos

falar de solidariedade no sentido literário (ajuda ao próximo), enquanto a sua o próximo e não solidariedade no sentido sociológico, enquanto a interdependência entre as partes envolvidas. De acordo com Fukuyama (2000), o capital social dá origem a relações de solidariedade que reflectem a independência entre os indivíduos.

Somente na última situação, no quarto depoimento, estamos diante de uma relação de interajuda em termos fukuyamanianos, isto é, que reflecte a noção de capital social que adoptamos. Ao reconhecer que a ajuda é prestada reciprocamente, o entrevistado está a relevar a interdependência existente entre os reassentados, pois a sobrevivência de um é dependente da ajuda do outro, ou melhor, a sobrevivência de um depende da sobrevivência do outro, garantindo mutuamente a sua sobrevivência.

Os dados que discutidos nesta parte do trabalho mostram que a zona de reassentamento é um campo heterogéneo em termos de valores e normas que orientam a convivência ou simplesmente a partilha do espaço físico, sendo que alguns apresentam modos de relacionamento que reflectem a existência de capital social entre si e outros, formas de acção que mostram a sua opção por uma vida mais individualista na qual assumem seus próprios princípios comportamentais, não se associando aos outros.

4.3. Contributo das redes sociais para integração dos reassentados nas zonas de reassentamento

Nesta categoria, analisou-se os dados que reflectem a contribuição das redes sociais na integração social da população reassentada no Bairro Chamissava. Ao analisarmos as redes sociais estamos perante um complexo grupo de relações sociais, laços, solidariedade e interconexão entre os indivíduos. Tomado o pressuposto das trocas que as redes sociais envolvem, podemos analisar as redes sociais criadas pelos reassentados em duas vertentes sugeridas: a primeira, constatamos que as redes que os reassentados formam pressupõem trocas materiais e, a segunda, tais redes pressupõem também trocas simbólicas. A seguir analisamos separadamente cada uma das situações de troca que estas redes envolvem.

4.3.1. Redes sociais resultantes das trocas materiais

No que diz respeito às trocas materiais, observa-se que as relações que os reassentados do bairro de Chamissava estabelecem as levam a um conjunto de interacções sociais e relações de

cooperação guiadas pelas *ideias de boa vizinhança e de cordialidade*. Observa-se os depoimentos que ajudam a sustentar esta constatação:

“Quando vem um vizinho meu e eu não tenho uma certa coisa que ele quer pedir, eu posso ir levar na barraca da minha vizinha aqui do lado e depois eu vou devolver ou dou o dinheiro. Ele também quando está na mesma situação faz o mesmo” (Homem 43 anos, vendedor).

“Nós costumamos nos ajudar, damos sal, açúcar e arroz e ajudamos alguém a ter mais coisas para cozinhar quando não tiver nada em casa. Nós somos pessoas e precisamos de nos ajudar, ninguém consegue viver isolado” (Mulher, 41 anos, vendedeira).

Pode-se observar nos depoimentos acima transcritos que, as redes sociais entre os reassentados as leva a cooperarem num espaço onde se encontram inseridos. A referida cooperação pode também ser entendida como uma estratégias de integração num contexto em que as trocas fazem parte das interações entre os reassentados.

Neste sentido, de acordo com Simmel (2002), numa interação, um indivíduo influencia e é influenciado por outro, de modo que há uma relação de troca. Assim, o que caracteriza a unidade que se forma desta relação - a sociedade – e a distingue de um mero agregado de indivíduos, é o princípio da reciprocidade de efeitos entre as ações individuais. Contudo, existem aquelas trocas que não são necessariamente materiais, mas sim simbólicas.

As relações sociais e as trocas simbólicas decorrentes dessas relações sociais são fundamentais no processo de formação das redes sociais que se observam no bairro Chamissava, isto é, a ideia de existência de relações sociais é relativa à existência de interações que envolvem troca e que são determinantes na conduta dos indivíduos. Assim, a questão das relações sociais dentro das redes sociais e defende que a troca de informação entre os integrantes da rede é um pressuposto fundamental na análise das teias de relações sociais que os indivíduos estabelecem no dia-a-dia.

4.3.2. Redes sociais resultantes das trocas simbólicas

A propósito das trocas simbólicas – ideias, valores, informações – estas decorrem das interações no processo de escolha a *quem* ou ao *que* o indivíduo se vincula. É nestes momentos, que os reassentados conversam sobre diferentes assuntos que marcam o seu dia-a-dia entre eles, a situação familiar, as amizades, a saúde, as relações com os outros e com as entidades do bairro, entre outros assuntos. Vejamos mais dois depoimentos:

“Nós aqui quando não temos algo a fazer nas nossas casas ficamos a conversar. Não tenho amigas como tal mas fico aqui a conversar das coisas que acontecem nas nossas casas ou com os nossos filhos. Todas somos mães e precisamos conversar sobre certas coisas” (Mulher, 36 anos, chefe do agregado familiar).

“Quando chega fim-de-semana nos juntamos entre amigos e conversamos sobre muita coisa e nos ajudamos se alguém tem um problema ou se alguém precisa de ajuda dos outros” (Homem, 48 anos, militar).

Nos depoimentos acima supracitados, está patente a ideia de existência de relações sociais é relativa à existência de interacções que envolvem troca e que são determinantes na conduta dos indivíduos. Nas reflexões de Granovetter (1973), discute a questão das relações sociais dentro das redes sociais e defende que a troca de informação entre os integrantes da rede é um pressuposto fundamental na análise das teias de relações sociais que os indivíduos estabelecem no dia-a-dia.

Aqui interessa compreender o processamento dessas redes sociais num espaço de sociabilidade que é o bairro de Chamissava, onde os reassentados se encontram inseridos. Para esta compreensão, recorremos aos contributos de Simmel (2002), sobre a ideia de sociabilidade, que demanda do facto dos homens serem seres sociáveis e incapazes de serem por si só auto-suficientes, ou seja, os indivíduos entram em interacção a fim de satisfazerem seus interesses e esta interacção se dá por meio das diferentes formas de sociabilidade, ou seja, formas que são independentes de conteúdos específicos.

Neste sentido, as relações sociais e as trocas decorrentes dessas relações sociais são fundamentais no processo de formação das redes sociais que se observam no bairro Chamissava, e que as relações sociais entre os reassentados são acima de tudo relações sociais que envolvem normas e valores nas quais redes sociais se formam.

Os processos sociais têm como base material a interacção, e são eles que a transformam e estruturam através da sociação. Eles dizem respeito a tudo que é próprio do indivíduo e que lhe permite engendrar efeitos sobre os outros e receber efeito dos outros. Essas motivações que impulsionam a acção individual não possuem uma natureza social, elas se tornam sociais apenas quando passam a operar na interacção.

4.4. Estratégias adoptadas pelos reassentados na sua integração social nas zonas de reassentamento.

Nesta secção, procurou-se discutir sobre as diferentes estratégias adoptadas pela população reassentada, que pode ajudar ou dificultar a sua integração no bairro Chamissava. Estas estratégias pressupõem que os mesmos estabeleçam um conjunto de interacções e relações sociais que os tornam propensos a formar redes sociais. As análises deste ponto seguem duas direcções: primeiro, a formação das redes sociais e, segundo, o papel das redes sociais na integração social da população reassentada.

4.4.1. Formação das redes sociais

No trabalho de campo, observou-se que as relações sociais que os reassentados mantêm são fundamentais no seu processo de formação de redes sociais no Bairro Chamissava. Geralmente, tem sido por via de alguém conhecido ou de algum familiar que os reassentados estabelecem suas relações e criam as redes no bairro. Quando perguntámos como os reassentados construíram e constroem as redes sociais nas zonas de reassentamento, obtivemos respostas que nos levam a constatar que as redes e relações sociais anteriores e depois do reassentamento foram fundamentais.

“Eu vim parar aqui através da minha vizinha. Ela já vivia aqui há muito tempo e eu lhe pedi para me ajudar a encontrar espaço. Quando cheguei não tive muitas dificuldades porque as senhoras que vivem aqui são boas pessoas e me ajudaram sempre que precisei”. (mulher, 35 anos, vendedeira).

“Eu não queria, uma amiga é que insistiu para que eu comprasse o terreno aqui. Primeiro, até que disse não mas depois acabei aceitando” (mulher, 40 anos).

“Para o meu caso, tive de deixar muita coisa! Me ligaram a dizer que vem aí o tractor e nem a minha roupa, pude levar nem outros pertences, foi triste e dramático. Perdi os meus pertences, meus clientes, amizade. Aqui estamos distantes uns dos outros, do jeito como nos alocaram aqui não foi do jeito como nos tiraram, estou isolada, mas minha família, nos acolheu bem” (Homem, 45 anos, Chefe do agregado familiar).

Nestes depoimentos, podemos perceber duas formas de formação de redes: se por um lado, o processo da formação das redes foi através do contacto com outras famílias que se encontravam na sua condição, de outro lado é feita através do estabelecimento de ligações com redes sociais nos grupos de pares, familiares e amigos. Os entrevistados afirmam que,

para formar essas redes só foi possível pelo estabelecimento de contactos com pessoas com as quais tem intimidade e que podem facilitar a sua integração. Neste sentido, as redes sociais de familiaridade e de amizades constituem mecanismo de integração nas zonas de reassentamento, na medida em que, estas redes constituem agentes de confiança.

Entre os reassentados se estabelecem interações que estão condicionadas ao espaço em que se encontram e que determinam sua sobrevivência naquele espaço. Observa-se que tais interações propiciam o surgimento de determinadas redes e relações sociais relativamente consolidadas e consistentes. As redes sociais seriam as relações e conexões entre os indivíduos num determinado espaço e são determinantes para que os mesmos se integrem e sobrevivam em colaboração com os outros.

Diante disso, Fukuyama (2001), afirma que o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado. A perspectiva de Simmel (2002), mostra que as redes sociais não são um dado natural, antes, são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fontes de benefícios. Onde há existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos acederem aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos.

Desta forma, o ser amiga aparece como capital simbólico, ou melhor, como uma realidade que ganha reconhecimento por parte dos outros dentro da rede construída. Esta é uma realidade objectiva que nem as próprias *outsiders*, nem outros membros da rede social podem recusar mesmo que queiram agir como se tal facto não tivesse ocorrido.

4.4.2. Papel das redes na integração social da população reassentada

Se por um lado, as relações de amizade, familiaridade anteriores ao reassentamento são fundamentais nos processos de construção de redes sociais, por outro lado, as relações e interações que se mantêm no bairro são determinantes para os processos de integração social. É destas relações que aparece o sentimento de pertença a um espaço como mecanismo de sobrevivência das redes sociais já formadas nas zonas de origem.

“Eu me relaciono bem com minhas vizinhas e ficamos a falar de muitas coisas. Quando acontecem coisas nós também comentamos, a vezes ajudamos quando apanha infelicidade” (Mulher, 42 anos, vendedeira).

“Foi difícil conseguir se ambientar aqui no bairro, porque não conhecia ninguém, mas falei com o pastor da Igreja onde faço parte para me ajudar porque ele conhece muita gente. Quando as pessoas não te conhecem, te isolam e nem que falem consigo” (Homem de 38 anos, pescador).

“Eu costumo pedir ajuda nas pessoas conhecidas que são próximas de mim como meu pai e amigos e que não tem nenhum problema. Quando não tenho nada, eles sabem que não tenho medo de pedir algo pra cozinhar e mesmo assim mantem um bom relacionamento comigo” (Mulher de 40 anos, viúva).

Podemos constatar neste estrato que activação de redes de grupo consiste na busca de ligação com pessoas que tem conhecimento da sua situação. Neste sentido, as redes sociais de familiaridade e de amizades constituem mecanismo de integração no bairro Chamissava, na medida em que, uma vez indicada a interlocutora por uma pessoa de sua confiança, esta terá automaticamente grandes chances de se integrar.

A ideia de integração social é discutida pelo sociólogo francês Émile Durkheim nas suas diversas obras. Segundo Durkheim (2000), a integração social se refere aos graus de coesão social nos grupos, aos sentimentos de pertença e de partilha de símbolos e valores entre os indivíduos numa colectividade determinada. Compreender a integração social pressupõe compreender a consciência comum, a partilha das mesmas crenças e práticas bem como, as interacções entre os indivíduos.

No contexto de reassentamento das populações no bairro Chamissava formam-se redes e relações sociais cujas lógicas estão além das suas interacções sociais. Falamos das relações de amizade, da partilha de informação relativa à vida quotidiana o que torna o mercado um espaço socialmente com duplo significado: por um lado, local onde os indivíduos entram em interacção a fim de satisfazerem seus interesses e esta interacção se dá por meio das diferentes formas de sociabilidade, ou seja, formas que são independentes de conteúdos específicos e, por outro lado, um espaço de “refúgio social”, local onde trocam experiências e crenças que guiam seus comportamentos como sustenta Simmel (2002).

É precisamente aqui que se situa a ideia de Sociabilidade de Simmel (1983): independentemente do espaço em que se encontram e das finalidades que perseguem, os indivíduos constroem um conjunto de relações e interacções sociais onde tem a possibilidade de falarem de si, do quotidiano, das suas expectativas e da sua forma de representar o mundo em redor. No nosso entender, as redes sociais que se formam no espaço de sociabilidade que é o bairro Chamissava

acabam produzindo um efeito de integração social dos reassentados nas zonas de reassentamento, como pode no terceiro depoimento.

5. Considerações Finais

Realizou-se o presente estudo com o objectivo de compreender a construção das redes sociais pelas populações reassentadas para a sua integração nas zonas onde foram recolocados. O pressuposto que assumimos foi de que os reassentados possuem e demonstram a capacidade de reconstruir os laços que possibilitam a realização de relações de solidariedade, interajuda e confiança, assegurando assim, a sua continuidade das redes sociais construídas nas zonas de origem.

Neste sentido, com base no exposto acima, problema levantado, parte de premissa que os indivíduos, agregados num espaço determinado, interagem entre si e formam redes sociais e laços de diferenciados graus e partilham um determinado capital social. Interpretamos estes dados com base na combinação da teoria da sociabilidade de Simmel (2002), e de Capital social de Fukuyama (2000).

Com os resultados, observou-se que o que leva os reassentados a construção das redes sociais é a necessidade de sobrevivência contudo, uma vez na comunidade de Chamissava, elas se deparam com a necessidade de interagirem entre si, resultando na cooperação e inter-ajuda como elementos presentes nas relações entre as populações reassentadas e são determinantes para a integração social das mesmas naquele espaço.

Os dados do campo, mostraram que na zona de reassentamento encontramos reassentados que partilham um quadro de normas e valores com base no qual definem o comportamento a ser adoptado e as modalidades de relacionamento que devem ser seguidas, mostrando a existência de capital social. Este capital é facilitado pelas relações intra-grupais no grupo dos reassentados. Os entrevistados que não se associam não partilham o capital social, tendo formas de agir individuais.

As estratégias adoptadas pelos reassentados para se integrar nas redes sociais já formadas no local de chegada, mostram que a zona de reassentamento é caracterizada pela cooperação e interajuda entre os reassentados. Este se expressa de forma diferente para os que possuem e não possuem capital social. Os que não possuem capital social mobilizam seus próprios meios e recursos para sobreviver sem recorrer a outros, ao contrário dos que possuem que, para além de recorrer aos seus próprios meios e recursos, operacionalizam de forma racional o capital social

que partilham no seio do grupo dos reassentados, de modo a tirar proveito do ser membro do grupo dos reassentados.

Mediante as observações e discussões, entendeu-se que a hipótese foi confirmada no processo da pesquisa empírica. Esta hipótese defende que as redes sociais entre as populações nas zonas de reassentamentos se constroem através da relação de cooperação, coexistência e pelo sentimento de pertença num mesmo espaço de interacção social, foi confirmada na medida em que as observações levam a concluir que o sentimento de pertença àquele espaço não só estrutura as redes sociais que lá se formam, como também é uma característica definidora da integração social dos reassentados através dos laços de cooperação e de coexistência.

Sem a intenção de esgotar o assunto, acreditamos que alcançamos o nosso objectivo central, o de compreender o processo de construção e legitimação das redes sociais entre as populações reassentadas. O estudo mostrou que, efectivamente, a comunidade de Chamissava pode ser estudado socialmente dadas as interacções e relações sociais que se estabelecem entre os diversos intervenientes no mesmo.

6. Referências Bibliográficas

- Araújo, M. G. M. D. (2002). *Geografia dos povoamentos: uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo: Livraria Universitária, UEM.
- Centro de Integridade Pública (2010). *Katembe: as razões do conflito entre famílias reassentadas e a Vale Moçambique*. Maputo.
- Creswell, J. W. (2007). *Projecto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Durkheim, E. (2000). *Formas elementares da vida religiosa*. 5ª Ed. São Paulo: Jorge Zahar Editores.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia Científica Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fukuyama, F. (2001). *Capital social*. In Harrison, L.E e Huntington, S.P.A. *A Cultura importa*, Record, São Paulo.
- Giddens, A. (2006). *O mundo na era da globalização*. Tradução de Saul Barata, 6ª Ed., Lisboa: Editorial Presença.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed., São Paulo: Editora Atlas.
- Granovetter, M. (1973). *The Strenght of weak ties: Network Theory Reused*. In: *Sociological theory*, v.1.
- Lillywhite, S., Kemp, D., & Sturman, K. (2015). *Mineração, reassentamento e meios de vida perdidos*. Moçambique: Oxfam.
- Lillywhite, S., Kemp, D., & Sturman, K. (2015). *Mineração, reassentamento e meios de vida perdidos: ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique*. OXFAM: Melbourne.

- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas.
- Marques, E. C. L. (2009). *As Redes Sociais Importam para a Pobreza Urbana?* DADOS – Revista de Ciências Sociais, v. 52, n. 2, p.471-505.
- Matos, E. A. C. de. e Medeiros, R. M. V. (2012). *Exploração mineral em Moatize, no centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais*. XXI Encontro nacional de geografia agrária. Uberlândia-MG: UFU.
- Mosca, J. e Selemene, T. (2012). *Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete*. In: Brito, L. d., Castel-Branco, C. N., Chichava, S., Francisco, A. Desafios para Moçambique 2012, Maputo: IESE, pp. 231-255.
- Negrão, J, Coelho, J e Lopes, L. (1797). *Impacto do Reassentamento populacional do pós-guerra no acesso as famílias rurais a terra, o caso do Zumbo*.
- Notice, J., Oliveira, J. A. de e Teodoro, M. A. (2015). *Rebuscar a problemática do reassentamento das populações vítimas das cheias em Moçambique*. XI Encontro nacional da ANPEGE.
- Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas em Moçambique (2012). Moçambique: Boletim da República.
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*, 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção/Milton Santos*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Scott, P. (s.d). *Remoção populacional e projectos de desenvolvimento urbano*. Pernambuco.
- Silva, R. R. B. (1994). *Programa de reassentamento opções de intervenção do estado*.
- Simmel, G. (2002), *Cuestiones fundamentales de sociologia*, Barcelona, Editorial Gedisa.

7. ANEXOS

Guião de entrevista

I. Dados sociodemográficos dos entrevistados

- 1.1. Sexo
- 1.2. Idade
- 1.3. Estado civil
- 1.4. Nível de escolaridade
- 1.5. Formação profissional
- 1.6. Ocupação actual
- 1.7. Antiga residência
- 1.8. Número de filhos
- 1.9. Número de agregado familiar

II. Descrição o capital social entre as populações reassentadas

- 2.1. Como é que é a relação entre os residentes na nova zona, onde vives?
- 2.2. Quais são os grupos e associações dos quais és membro na nova zona, onde vives?
- 2.3. Em que consiste a sua participação nesses grupos?
- 2.4. Que actividades realizam nesses grupos?
- 2.5. Como tem sido a sua relação na zona, onde vives agora fora desses grupos?
- 2.6. Quem são as pessoas com quem mais te relacionas na actual zona de residência?
- 2.7. Quais são os princípios que orientam a sua relação com as pessoas que vivem na sua actual zona de residência?
- 2.8. Como é que consegues ver que as pessoas estão a agir de acordo com esses princípios?
- 2.9. O que é que não se deve fazer dentro da relação com as pessoas da sua zona actual?

- 2.10. O que é que obrigatoriamente se deve fazer entre tu e as pessoas com quem te relacionas?
- 2.11. Em que aspectos tu e as pessoas com que te relacionas na zona actual se ajudam uns aos outros?
- 2.12. Costumam emprestar-se alguns bens e materiais entre vocês? (Se sim, o quê?)
- 2.13. Quais são as condições impostas para que possam emprestar-se bens ou materiais?

III. Estratégias usadas pelas populações reassentadas para formação e reprodução das redes sociais

- 2.1. Como é a vossa relação com a nova vizinhança?
- 2.2. Que recursos você usa para se relacionar com a sua vizinhança? Como é que aplica esses recursos?
- 2.3. Quando a sua vizinhança se comporta de uma forma que não acha correcto, como reage? Como faz para ela agir de modo correcto?
- 2.4. Que práticas eram realizadas no antigo espaço e que tem praticado no novo espaço?
- 2.5. O que fazem para preservar essas práticas no novo espaço?
- 2.6. Quais são os desafios que encontraram para realizar essas práticas e como contornam esses desafios?